

PROGRAMA DA LISTA CANDIDATA AOS CORPOS GERENTES DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA PATROCINADA PELO

CONSELHO DAS REPÚBLICAS

PARA UMA

# UNIVERSI- DADE NOVA

ACTIVIDADES SOCIAIS

CADERNO n.º



ACTIVIDADES SOCIAIS

- Índice
- I - INTRODUÇÃO
  - II - SAÚDE
  - III - ALIMENTAÇÃO
  - IV - HABITAÇÃO
  - V - TRANSPORTES
  - VI - BOLSAS

I - INTRODUÇÃO

O conceito tradicional segundo o qual os estudantes eram considerados como elementos integradores de um grupo social flutuante, parasitário, desligado do processo produtivo, veio progressivamente dando lugar a outro que lhe reconhece um papel importante na conjuntura sócio-económica de uma nação. Só uma Universidade inserida verdadeiramente no processo produtivo, apoiada na democratização do ensino e criadora de uma perspectiva humanista poderá levar uma nação à sua plena rentabilidade económica e à sua projecção cultural.

Com efeito, uma análise correcta dos factores susceptíveis de influir no desenvolvimento económico nacional leva-nos a considerar de grande importância o grau de preenchimento dos seus quadros técnicos, pois não pode um país tentar uma arrancada no seu desenvolvimento económico sem que para tal esteja munido de um número suficiente de técnicos devidamente preparados.

Não seguir este princípio acarreta o risco de não passarem para além do papel tantos planos de fomento quanto os elaborados ou a elaborar.

Esses técnicos futuros são exactamente os estudantes, que deverão ser recrutados em todas as classes sociais, independentemente dos seus meios de fortuna, segundo um critério baseado nas suas aptidões e aproveitamento escolar.

Uma vez que o estudante é rentável enquanto tal, na medida em que representa um investimento a longo prazo numa nação, compete ao Governo dar-lhe protecção efectiva no sentido de favorecer essa rentabilidade.

Essa protecção deverá ser feita a dois níveis:

1 - estabelecimento de um pré-salário que será a remuneração do trabalho do estudante enquanto tal, com vista à sua qualificação futura;

2 - prestação de serviços sociais a que tem direito, para que a sua utilização escolar e social seja plenamente conseguida.

A prestação de serviços a cargo do Governo da Nação deve integrar-se num sistema mais vasto que englobe todos os cidadãos de um país.

Sucede, porém, que as estruturas económicas básicas do nosso país não são suficientemente fortes para propiciar um alargamento dos serviços de segurança social em todos os sectores da população, dos quais o estudantil é apenas um.

Neste campo têm as AABE chamado a si a função de, através de um valioso trabalho desenvolvido, colmatar as lacunas do Governo. Mas este trabalho compete em primeira e última análise ao próprio Governo que, para isso, detém importantes possibilidades financeiras desconhecidas das AABE, que se vêem obrigadas a prestar estes serviços com os seus poucos recursos.

